



Interface - Comunicação, Saúde, Educação

ISSN: 1414-3283

interface@fmb.unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho

Brasil

Bagrichevsky, Marcos; Estevão, Adriana

Gerenciando a vida na era do risco

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol. 11, núm. 23, septiembre-diciembre, 2007, pp. 679-
681

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180115440026>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Gerenciando a vida na era do risco

Managing life in the era of risk

Gerenciando la vida en el tiempo del riesgo

Ao editor

A instigante análise desenvolvida por Paulo Vaz et al. (2007) no artigo publicado recentemente pela *Interface*, convocou-nos a repensar mais detidamente acerca dos desdobramentos do risco na cultura ocidental, dada sua emergência incontestável em diversas esferas do cotidiano. Sobretudo, visto como dispositivo produtor (ou transformador) de subjetividades humanas. “*O fator de risco na mídia*” é de fato, um texto provocativo e consequente, assim como o debate que se segue com os pesquisadores convidados.

Por meio de uma abordagem singular - de grande apelo ético, diga-se de passagem - os autores ‘nos concedem’ um espaço oportuno para colocar em questão o *sedentarismo* (um dos tantos ‘comportamentos de risco’ que se multiplicam nas investigações epidemiológicas), elemento presente em produções científicas do campo sanitário nos últimos anos. Vinculado ao *estilo de vida* e tomado como vetor de exacerbada responsabilização pessoal ante os graves problemas da saúde populacional, o *sedentarismo* viceja como um ícone

emblemático da era persecutória (Castiel & Alvarez-Dardet, 2007) que habitamos e que nos habita!

Em primeiro lugar, cabe sublinhar esse tempo como um espaço no qual nossa existência tem se deixado levar por um movimento extravagante de buscas e acessos frenéticos a informações ilimitadas (inclusive na dimensão da saúde/doença). Subjaz nessa nova ordem societária um hedonismo do cotidiano irreprimível e poderoso, que sustenta o não-questionamento a tal estado de coisas e intensifica uma quase-imperceptível aversão a qualquer forma de crítica à norma social vigente. Em outras épocas essa doutrina do efêmero não só era marginalizada como também ocupava um papel subalterno.

Maffesoli (2005) alerta que é preciso estar atento à estética desse ‘jogo das aparências’, porque produz efeitos marcantes na cultura, política, ciência, mídia e em muitas outras macro e micro-instâncias que interferem no movimento da vida em coletividade. Ele entremeia-se aos processos simbólicos que conformam sutilmente o modo como nos relacionamos no dia-a-dia e às próprias referências e valores da identidade humana.

Marcos Bagrichevsky. Professor de Educação Física; doutor em Saúde da Criança e do Adolescente; pesquisador, departamento de Ciências da Saúde e Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, Ba. <marcos_bagrichevsky@yahoo.com.br>

Adriana Estevão. Professora de Educação Física; doutora em Ciências Sociais; docente, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, SC. <adri_estevao@yahoo.com.br>

Levando em conta esse panorama, intelectuais críticos da modernidade tardia chamam atenção, de diferentes maneiras, para a metamorfose que o papel do *cuidado individual com a saúde e com o corpo* vem sofrendo hoje no mundo globalizado. Essa mudança de sentido prolifera ênfases discursivas que fazem alusão à responsabilidade pessoal e à obrigação moral do ‘dever-ser’... saudável, belo (a), magro (a), jovem, ativo (a)! Trata-se de uma dimensão ascética pulverizada por recomendações sobre mudanças de comportamentos (estilos de vida) e cuja circulação tem se tornado cada vez mais ampliada, a despeito das iniquidades sociais que também seguem potencializadas exponencialmente em todos os cantos longínquos do planeta.

Na ordem do pensamento dessa sociedade midiática pós-genoma, a transfiguração dos significados de saúde, doença e normalidade - especialmente ancorada na retórica dos riscos, como nunca antes ocorrera - não diz respeito apenas à apologia dos ‘avanços’ *hightech*. Relaciona-se também aos efeitos imanentes das redes de interesses que conectam e articulam a produção de conhecimentos e práticas científicas à dinâmica política e mercadológica da economia globalizada, à manutenção da soberania de países ricos sobre nações subdesenvolvidas.

As linhas mais estruturadas de crítica a esse modelo conceitual cambiante de saúde/doença outorgado pela racionalidade tecnocientífica preocupam-se com as distorções inerentes, por exemplo, à determinação de ações sanitárias baseadas não mais na ocorrência concreta de problemas e sim na probabilidade estimada (cálculo dos riscos) deles virem a acontecer em algum momento no futuro.

No plano individual, reverberam efeitos subjetivos que ‘materializam’ espectros nosológicos monitoradores de nosso imaginário corpóreo. Uma espécie de estado de (auto) vigilância permanente para ‘prevenir’ a condição de periculosidade da

qual hoje somos portadores (queiramos ou não!), conforme enuncia a lógica da *epidemiologia dos fatores de risco*; que espreita com olhos ameaçadores nossas posturas habituais de vida, delatando suas supostas vicissitudes.

Adstrito em discursos hegemônicos de promoção da saúde e prevenção de agravos, o risco tornou-se também um dispositivo de convencimento da agenda oficial utilizado para justificar publicamente algumas formas de intervenção do/no setor saúde e de destinação prioritária de fomentos e recursos para certas linhas de investigação científica (em detrimento da não contemplação de outras). Os discursos organizados sobre a idéia de risco podem tanto ser largamente utilizados para legitimar políticas, quanto para desacreditá-las; para proteger os indivíduos das instituições ou para proteger as instituições dos agentes individuais (Mitjavila, 2002).

Manter um posicionamento crítico, interrogando permanentemente os ditames certificadores de correntes hegemônicas em pesquisa e nas práticas sociais é necessidade premente. Até porque, multiplicam-se a todo o momento estratégias de entidades internacionais (como a OMS e OPAS) que, a partir de achados em estudos epidemiológicos, têm procurado estabelecer em abrangência global, quais tipos de comportamento deveriam ser considerados ‘saudáveis’ ou ‘de risco’ em nosso cotidiano (vide campanhas de prevenção da AIDS contra o fumo, a obesidade, o sedentarismo, a favor de uma vida ‘ativa’ etc.). Contudo, mais do que recomendações ao bem-estar, tais preconizações normativas engendram aspectos descontextualizados e elitistas, já que nem sempre são factíveis a todos os países e aos diferentes estratos sociais daqueles que as adotam.

A descrição rigorosa e exaustiva de fenômenos (pré?) patológicos não visa apenas à ampliação da capacidade de compreensão sobre o processo saúde/doença das populações. Possui, na mesma medida, um

caráter de iniciação na verdade das coisas, que divide o mundo entre os que sabem - os especialistas - e os que não sabem - a população 'leiga' (Moraes, 2002). Na perspectiva de emergência dessa economia de verdade a idéia de 'sedentarismo' surge como uma categoria de pré-doença, obviamente, passível de intervenção pelos *experts*. O panorama que encarcera o sedentário em sua própria negatividade existencial se deve, em parte, a tal contexto.

Para finalizar esses breves comentários, cabe mencionar que as 'pistas' deixadas pelo texto de Vaz e colaboradores (2007) são reflexões de grande valia não só para a tematização do risco. Sobretudo, porque sensibilizam e incitam um debate de ampliadas proporções éticas, interrogando a posição reguladora da ciência contemporânea, inclusive nas práticas de (promoção da) saúde.

Referências

- CASTIEL, L.D.; ALVAREZ-DARDET, C. **A saúde persecutória:** os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências.** Petrópolis: Vozes, 2005.
- MITJAVILA, M.R. O risco como recurso para arbitragem social. **Tempo Social**, v. 14, n. 2, p. 129-145, 2002.
- MORAES, I.H.S. Informação em saúde: um olhar genealógico. In: MORAES, I.H.S. **Política, tecnologia e informação em saúde:** a utopia da emancipação. Salvador: Casa da Saúde, 2002. p. 15-46.
- VAZ, P.; POMBO, M.; FANTINATO, M.; PECLY, G. O fator de risco na mídia. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 11, n. 21, p. 145-153, 2007.

